Comissão de Defesa Nacional
Req 5_3CDN_XVII (PS)
Entrada: 10-10-2025
Discussão e votação a: 14-10-2025
Resultado: Rejeitado
Contra: CH
Favor: PS
Abstenção: PSD, CDS-PP
Ausência: IL e L

REQUERIMENTO

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional

Deputado Pedro Pessanha

Assunto: *Audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre o trânsito, em Portugal, de aeronaves militares com destino a Israel*

Foi noticiado pela imprensa nacional e internacional que pelo menos seis aeronaves militares F-35, vendidas pelos Estados Unidos da América a Israel, realizaram escala na Base das Lajes, nos Açores, em duas ocasiões distintas: em março e em abril de 2025.

Segundo o semanário *Expresso* e o diário espanhol *El País*, esta passagem pela Base das Lajes terá ocorrido depois de o Governo espanhol ter negado a utilização das bases de Rota e Morón, em Cádiz e Sevilha, para o trânsito de qualquer tipo de armamento com destino a Israel. Impedidos de aterrar em território espanhol, os caças F-35 provenientes da base norte-americana de Fort Worth, no Texas, acabaram por escalar em território português, já ostentando na fuselagem os símbolos da Força Aérea israelita, antes de seguirem em direção ao Mediterrâneo.

De acordo com o *Expresso*, "*os aviões com os números 967, 968 e 969 aterraram a 23 de abril*" na base das Lajes e "*levantaram voo no dia seguinte, acompanhados por dois reabastecedores norte-americanos KC-135*". A mesma notícia refere que "*outros três F-35 terão também terão passado pela ilha em março*", não sendo possível confirmar este último movimento.

Segundo informações já confirmadas junto do próprio Governo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros não terá sido previamente informado destes voos, tendo o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, reconhecido tratar-se de uma "falha de procedimento".

Esse Ministério terá mesmo aberto um processo de "apuramento de responsabilidades", por esta matéria alegadamente não ter sido reportada ao seu Gabinete – o que consideramos manifestamente estranho face a situações semelhantes no passado, como aconteceu com a decisão anunciada de proibição de sobrevoo de um avião dos EUA para Israel com armamento no dia 10 de setembro de 2024.

O controlo de armamento e do seu trânsito, as escalas e sobrevoos através do território nacional obedecem a regras muito bem definidas no âmbito do direito nacional e internacional. Esta situação suscita legítimas dúvidas e preocupações e é incoerente com as posições anteriormente assumidas pelo Governo português, que por diversas e repetidas vezes afirmou publicamente que Portugal tinha tomado a decisão de proibir a "exportação de armas" ou material contencioso para Israel. Importa perceber, por isso, que intervenção ou articulação existe no seio do Governo relativamente a esta matéria, nomeadamente com entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não será de mais recordar que Portugal é Estado parte da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio e das Convenções de Genebra e em janeiro de 2024 o Tribunal Internacional de Justiça reconheceu a plausibilidade de genocídio em Gaza, deixando claro que todos os Estados têm obrigação de respeitar e fazer respeitar essas mesmas convenções em todas as circunstâncias, com obrigações internacionais relativas à transferência de armas para as partes de um conflito armado.

Conhecerá também o seu Ministério a resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, aprovada em abril de 2024, que insta ao fim da venda, da transferência e do desvio de armas, munições e outros equipamentos militares para Israel.

A situação continua por clarificar e as dúvidas adensaram-se com a notícia do semanário Expresso, de 9 de outubro, que refere que "*estão previstas mais entregas de F-35*" a Israel, com possível passagem por Portugal, o que levou o

Embaixador de Israel em Portugal a admitir, em entrevista à CNN Portugal, que o tema “tem sido secretamente falado” com o Executivo.

Os contornos desta situação são nebulosos, levantam dúvidas e preocupações que devem ser esclarecidas, nomeadamente quanto à natureza e enquadramento da presença destas aeronaves na Base das Lajes, ao conhecimento dos membros do Governo, aos procedimentos por si adotados e a adotar no futuro quanto a futuras passagens de aeronaves militares com destino a Israel.

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer, com caráter de urgência, a audição Senhor Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, para prestar esclarecimentos sobre o trânsito, em Portugal, de aeronaves militares com destino a Israel.

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2025

Os Deputados do GPPS,

Eurico Brilhante Dias

Luís Dias